
Avaliação de documentos nas universidades portuguesas e brasileiras

La valoración de documentos en las universidades portuguesas y brasileñas

Document appraisal in Portuguese and Brazilian universities

Maria Leandra BIZELLO

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Avenida Hygino Muzzi Filho, 737,
CEP 17525-000, Marília, São Paulo, Brasil; mleandra23@gmail.com

Resumen

Se analiza comparativamente las valoraciones documentales en los entornos universitarios brasileño y portugués a la luz de la teoría archivística canadiense y la reflexión poscustodial desarrollada en Portugal, más allá de la influencia de estas teorías en el diseño de sistemas de archivos. El universo estudiado fueron las universidades del Estado de São Paulo (USP, UNICAMP y UNESP) y las universidades portuguesas. Las universidades tienen un contexto peculiar de producción de documentos administrativos y científicos que refleja sus actividades y funciones. Este estudio se centra en el contexto de la creación de las universidades para entender la documentación producida y su enfoque en la gestión de documentos.

Palabras clave: Gestión de documentos. Valoración. Archivos universitarios. Universidades. Portugal. Brasil.

1. Introdução

Este trabalho apresenta a pesquisa desenvolvida em Portugal e no Brasil, estuda a gestão de documentos nas universidades portuguesas e brasileiras. As universidades são ambientes científicos que proporcionam a formação de profissionais em diferentes áreas do conhecimento. Desenvolvem-se trabalhos envolvendo pesquisadores altamente qualificados e jovens que buscam a experiência não apenas nas salas de aula, mas também em grupos de pesquisa, congressos, seminários e uma série de lugares e eventos proporcionados pelo ambiente universitário. Além disso, as universidades desenvolvem projetos de extensão responsáveis por estabelecerem relações mais aprofundadas entre o conhecimento científico ali produzido e as comunidades nas quais estão envolvidas.

As atividades desenvolvidas no ambiente universitário, seja o ensino, a pesquisa ou a extensão produzem grande número de documentos, que ora apóiam o trabalho científico, ora são seus resultados.

Abstract

Record appraisal in the Brazilian and Portuguese university environments is analysed comparatively in light of the Canadian archival theory and the post-custodial reflection developed in Portugal, beyond the influence of these theories in the conception of archival systems. Specifically, São Paulo state universities (USP, UNICAMP and UNESP) and Portuguese universities were studied. Universities have a peculiar context regarding the production of administrative and scientific documents that reflects their activities and functions. This study focuses on the context of record creation in universities to how their records are produced and managed.

Keywords: Records management. Appraisal. University archives. Universities. Portugal. Brazil.

Essa pesquisa e estudo discutiram a gestão de documentos no ambiente universitário detendo-se no processo de avaliação de documentos. Tal recorte se deve à compreensão que a avaliação compreende uma série de etapas e metodologias que envolve desde a produção documental até a destinação dada ao documento. A seguir desenvolveremos os objetivos e a metodologia da pesquisa.

2. Delimitação do estudo

A pesquisa propôs estudar comparativamente a produção e a avaliação de documentos nas universidades públicas portuguesas e nas universidades estaduais paulistas. Selecionamos inicialmente, em Portugal, as universidades de Coimbra, Minho e Porto para estudo mais cuidadoso.

Entretanto a realidade portuguesa revelou-se mais rica em seu ambiente universitário, isto é, há em torno de 15 universidades públicas em Portugal: Academia Militar, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa/Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Aberta, Universidade dos Açores, Universidade do Al-

garve, Universidade de Aveiro, Universidade da Beira Interior, Universidade de Coimbra, Universidade de Évora, Universidade de Lisboa, Universidade da Madeira, Universidade do Minho, Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Porto, e Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro.

A ampliação do escopo de pesquisa se deveu à revelação de contexto universitário maior e da pretensão em saber se as concepções e práticas de arquivo desenvolvidas na Universidade do Porto eram disseminadas e praticadas em outras universidades estatais portuguesas. Desse modo, elegemos algumas instituições no norte de Portugal, próximas geograficamente ao Porto, e as duas maiores universidades de Lisboa. O universo pesquisado em Portugal se constituiu de 6 universidades: Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Universidade do Minho, Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Porto, e Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro.

Para além do aspecto geográfico na escolha das instituições de ensino superior, outro fator com maior peso na escolha, foi que essas universidades apresentam, apesar de cada uma delas serem criadas em épocas diferentes, aspectos que as aproximam quanto aos arquivos ou a falta deles e a relação com a autoridade documental no país, a Torre do Tombo.

No contexto brasileiro a pesquisa teve como campo as universidades estaduais paulistas, também pertencentes à esfera pública: Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, e Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

3. Objetivos

Esta pesquisa tem como objetivo geral estudar a gestão de documentos e mais especificamente a produção e o processo de avaliação de documentos no ambiente das universidades. Para alcançar tal objetivo, outros objetivos específicos nos ajudaram a tornar a discussão sobre o tema de maneira mais ampla: compreender o contexto de criação das universidades brasileiras e portuguesas, seus sistemas de arquivos e gestão de documentos; investigar de maneira mais aprofundada o processo de avaliação de documentos, da fundamentação teórica à aplicação nas instituições objetos de nossa pesquisa; estabelecer paralelos entre as formas de gestão de documentos e com um olhar mais atento o processo de avaliação de documentos; proporcionar estudo arquivístico comparado de instituições universitárias brasileiras e portuguesas; e analisar a influência da arquivística inte-

grada no fazer arquivístico de universidades brasileiras e portuguesas.

4. Metodologia

Metodologicamente a pesquisa desenvolveu-se em duas vias, a bibliográfica na qual privilegamos a literatura arquivística de linha integrada canadense bem como a bibliografia sobre o tema, produzida nos dois contextos pesquisados. Esse método é fundamental na medida que utilizaremos dados e conceitos de outros pesquisadores contribuindo para o debate e análise.

Na segunda via, empreendemos a pesquisa de campo em 06 instituições de ensino superior portuguesas e 03 brasileiras. Para o levantamento de dados utilizamos, no contexto português, as visitas *in loco* e entrevistas com pessoas responsáveis pelos serviços de arquivos das instituições ou diretores de arquivos. Entrevistamos também docentes e pesquisadores envolvidos com a gestão de documentos em suas respectivas universidades.

Da mesma forma, o contexto das universidades estaduais paulistas já vinha sendo estudado à partir de grupos de trabalho que estão envolvidos na gestão de documentos em seus sistemas de arquivo.

Assim, foi possível estruturarmos uma análise comparativa de ambos os contextos para compreendermos como a partir de uma mesma tradição documental, a gestão de documentos é colocada em prática e, mais especificamente, quais os parâmetros para a avaliação de documentos em ambiente universitário.

5. O contexto brasileiro

A universidade brasileira conhece seu início nas primeiras décadas do século XX. Antes desse período, tanto durante os anos como colônia de Portugal quanto no Império, as tentativas de criação de universidades no Brasil não foram avante. Tanto como colônia, quanto como país independente, a elite brasileira, a única classe social que tinha condições econômicas para estudar, enviava seus jovens filhos para os estudos superiores no exterior, preferencialmente no continente Europeu.

Os cursos superiores que se instalaram em algumas cidades, como Rio de Janeiro e Salvador, ainda no século XIX, privilegiaram os cursos de medicina, engenharia e estudos jurídicos. Para Fávero (2006) a formação superior serviu ao estado, fosse ele submetido à metrópole ou o estado monárquico, como nação independente.

No século XX houve o desenvolvimento da universidade no Brasil, mas ainda sob a tutela do Estado. Destacamos a criação da Universidade do Rio de Janeiro, nos anos 1920, com a incorporação de três escolas superiores: a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a de Direito. Nos anos 1930, sob o regime ditatorial (1) que se prolongou até o fim da Segunda Guerra Mundial, foram criadas a Universidade de São Paulo (USP), em 1934 e a Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro, em 1935. Nesse contexto, a autonomia universitária e a vinculação político-partidária foram proibidas reforçando a ação autoritária do Estado sobre a universidade.

O decênio de 1950 até o início dos anos 1960 foi de relativo crescimento econômico, com a formação de uma classe média e expansão urbana, o que possibilitou por sua vez um crescente aumento no consumo de bens duráveis e não duráveis. Ainda, essa movimentação influenciou no cenário político com a mobilização de camponeses, operários e a juventude advinda dessa classe média que num crescendo freqüentava as universidades. Desse período é importante destacar a criação da Universidade de Brasília (UNB) em 1961.

A esse período democrático segue-se a Ditadura Militar instaurada em 1964. O estado novamente centralizador e totalitário sofria grande oposição por parte da classe estudantil que estava fortemente mobilizada para que transformações no âmbito universitário acontecessem. O recrudescimento da Ditadura Militar em 1968 até meados dos anos de 1970 significou o obscurantismo na universidade com violenta repressão tanto aos alunos quanto aos professores e pesquisadores de todas as áreas do conhecimento.

É nesse período que são criadas duas universidades públicas no estado de São Paulo: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1966 e a Universidade Estadual de Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) em 1976. Ao mesmo tempo em que a criação de ambas as universidades está mergulhada em um contexto de repressão política e social refletindo no âmbito acadêmico, elas representam movimentos importantes do crescimento universitário e do desenvolvimento científico brasileiro dos anos 1980 e 1990.

O estudo desse contexto nos revela o empenho que as universidades estaduais paulistas tiveram nos anos 1990 com relação aos seus arquivos e de maneira mais atenta a gestão de documentos. Em 1991 foi realizado na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – o I

Seminário Nacional de Arquivos Universitários. Reunidos, representantes de várias universidades e centros de documentação universitários, discutiram propostas de sistemas de arquivo e centros de documentação voltados para a pesquisa científica (Atas do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários, 1992).

As ações e a constituição de políticas de arquivo desenvolveram-se de maneira desigual entre as universidades brasileiras, e, particularmente, entre as três universidades estaduais paulistas. Percebemos que a partir do Seminário citado acima a gestão de documentos tomou rumos diferentes em cada uma delas. A UNICAMP implantou seu Sistema de Arquivos a partir de 1984, com a criação do SIARQ. A UNESP elaborou um projeto para gestão de documentos a partir de diagnóstico realizado em todos os campi da universidade, entretanto, o projeto não foi concretizado, e em seu lugar algumas medidas de avaliação de documentos visando a eliminação e/ou guarda permanente foram estabelecidas.

A Universidade de São Paulo (USP) instituiu o Sistema de Arquivo em 1997 e mais recentemente junto à UNICAMP e UNESP trabalham para que instrumentos de avaliação de documentos, como plano de classificação e tabela de temporalidade, sejam discutidos em conjunto apesar das especificidades de cada uma das instituições universitárias.

6. O contexto português

Para o contexto das universidades portuguesas estabelecemos as 06 instituições públicas que já listamos acima e as compreendemos em uma realidade mais antiga do ponto de vista cronológico que a brasileira.

A Universidade de Coimbra é a instituição universitária mais antiga de Portugal possui um Arquivo Histórico que também acumula os fundos documentais relativos ao Arquivo Distrital (2) da região, e é responsável por uma série de serviços como emissão de certidões. No entanto, a gestão de documentos da universidade, não está no Arquivo Histórico, não há nenhuma relação entre o trabalho desenvolvido com os documentos permanentes e a documentação universitária na fase corrente. Os documentos mais recentes da universidade estão nos lugares em que são produzidos e constantemente consultados, isto é, nas seções, divisões, departamentos, serviços e no sistema informatizado. A universidade não desenvolveu – e não desenvolve – um sistema de arquivo ou a gestão de documentos e de informação.

O Arquivo da Universidade do Minho possui as mesmas características que o da Universidade de Coimbra. Ele acumula documentos do distrito de Braga, é portanto, um Arquivo Distrital, e acumula documentos da Universidade, sem no entanto, fazer a gestão de documentos. Esta universidade criada em 1973, incorpora o arquivo histórico distrital. Não há sistema de arquivo, a documentação em fase corrente, tal como em Coimbra está nos locais de produção e uso.

A UTAD – Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro foi criada em 1986 à partir do Instituto Politécnico de Trás-os-Montes e Alto Douro de 1979 que sucedeu ao Instituto Politécnico de Vila Real iniciado em 1973. Essa jovem universidade tem papel importante no interior do norte de Portugal. Ali os arquivos ainda não são contemplados na estrutura e os documentos não recebem nenhum tipo de tratamento.

Em Lisboa pesquisamos a Universidade de Lisboa e a Universidade Nova de Lisboa. A ULisboa, criada em 1911 a partir da incorporação da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Ciências (Escola Politécnica) e da Faculdade de Letras, fundiu-se em 2013 à Universidade Técnica de Lisboa, possui junto à Reitoria a Área de Documentação, Arquivo e Expediente, junto à coordenação existem dois núcleos: o Núcleo de Documentação (3) e o Núcleo de Arquivo e Expediente. O núcleo referente ao Arquivo trata dos documentos permanentes enquanto os documentos em fase corrente ficam nas faculdades e institutos que possuem autonomia para administrá-los. Não existe sistema de arquivo/informação e tanto a gestão de documentos assim como a avaliação estão sendo concebidos.

A Universidade Nova de Lisboa iniciou suas atividades em 1973 é, assim como as outras universidades, jovem no ambiente acadêmico. Em relação à gestão de documentos ou aos arquivos de maneira geral, ela não possui sistemas de arquivo ou gestão de documentos e informação. A universidade administra suas atividades, mas não trata sua documentação.

A Universidade do Porto, assim como a de Lisboa, foi criada em 1911 a partir da incorporação da Escola Médico-Cirúrgica (1836), da Escola Portuense de Belas Artes (1881) e da Academia Politécnica (1837). A UPorto expandiu-se, tanto incorporando outras escolas no decorrer do século XX, como inaugurando novas faculdades como a de Letras (1919) e a Faculdade de Farmácia (1921). A documentação acumulada tanto das escolas anteriores à UPorto quanto aquela produzida após 1911 sofreu uma série de mudanças de edifícios, além de incêndios o que

resultou em perdas documentais. No triênio 1996-1998, o projeto Gestão da Informação no Sistema de Arquivo da Universidade do Porto, dirigido pela Profa. Fernanda Ribeiro deu início à criação em um primeiro momento da criação do Arquivo Central da Faculdade de Letras e a seguir do Arquivo da Reitoria da Universidade. O projeto estendido tem como título O sistema de informação arquivística da Universidade do Porto: desenvolvimento da sua gestão integrada, e compreende hoje as Faculdades de Belas Artes, Arquitetura, Engenharia, Psicologia, Ciências da Educação (Ribeiro, Fernandes, 2001). Atualmente, a Reitoria possui uma equipe que cuida da documentação permanente em papel e também da gestão da informação, ou seja, o projeto iniciado nos anos 1990 desenvolveu-se em um sistema que tem na informação o seu objeto.

Assim com no contexto universitário brasileiro, a realidade portuguesa, principalmente durante o transcorrer do século XX e, notadamente nos anos 1980 e 1990, houve incorporações e fusões como apresentamos. Tal movimentação no plano burocrático é refletida na produção documental, no estabelecimento da gestão de documentos e sistemas de arquivo.

7. Reflexões sobre a Gestão de Documentos no âmbito universitário

A gestão de documentos no âmbito universitário contempla não apenas os documentos administrativos, mas também os documentos das atividades fim, isto é, aqueles referentes ao ensino, pesquisa e extensão.

Os sistemas de arquivo nas universidades lidam portanto, com documentos que são diariamente produzidos e recebidos, e que dizem respeito tanto à vida acadêmica de alunos, à produção de ciência registrada em relatórios e artigos de professores, quanto à compra de equipamentos e outros bens que estão diretamente ligados às atividades e funções universitárias. A gestão desses documentos implica na sua produção, classificação e avaliação para a sua destinação, seja ela a eliminação ou a guarda permanente, ou seja, o ciclo de vida do documento (Rousseau; Couture, 1998).

A avaliação de documentos envolve procedimentos que nos levou a entendê-la como o clímax da gestão de documentos. É também o momento mais problemático, pois envolve uma série de aspectos legais e burocráticos para que possa ser realizada.

Desde Hilary Jenkinson os parâmetros de avaliação são discutidos pelas instituições, associa-

ções de arquivistas e órgãos responsáveis pelos arquivos nacionais. É, no entanto, Schellenberg quem possibilita que a avaliação seja aprofundada assim como pela gestão integrada canadense até as discussões mais recentes da gestão de documentos, preocupada principalmente com a grande produção documental ainda existente e o acúmulo deles muitas vezes de maneira desorganizada.

Para Llansó Sanjuan (2006), ao analisar amplos aspectos da gestão de documentos em sistemas nacionais de arquivos, inclusive nas Américas, assinala o vazio legislativo, por conseguinte a falta de legislações mais claras em relação às eliminações, principalmente quanto ao seu controle à partir dos Arquivos Nacionais. Percebe também, a limitação dessas instituições em influenciar arquivos correntes, sobretudo na esfera pública. Reconhece, no entanto, que é de tais instituições que emanam métodos, normas e regras que contribuem para a gestão de documentos.

No Brasil o estudo, a reflexão e a prática da avaliação de documentos tomam importância por volta dos fins dos anos 1970, nos anos 1980 e 1990. O Sistema Nacional de Arquivos – SINAR – instituído em 1978 não existiu na prática e deixou de lado questões relativas aos arquivos correntes, dentre eles a avaliação de documentos, atendo-se às fases intermediárias e permanentes do documento de arquivo. Após a lei 8.159, de 1991, o SINAR foi revisto e desenvolveu suas atividades voltadas para a integração dos sistemas estaduais e municipais.

Entretanto, Jardim (1987) reflete sobre a situação, naquele momento, da gestão de documentos no Brasil. O autor traça uma paisagem em que a administração pública não é sensível à implantação da gestão de documentos em qualquer que seja a sua esfera: municipal, estadual ou federal. A visão um tanto quanto pessimista assumida por ele é, na verdade, um alerta à total falta de preocupação da administração pública com a documentação que produz, acumula e guarda, além do descaso com a informação e atendimento ao cidadão.

No âmbito das universidades, nos anos 1990, como vimos no item anterior, a gestão de documentos, e mais pontualmente a contextualização da produção e avaliação de documentos, começa a ser discutida e implantada nas universidades públicas.

Em Portugal, a Universidade do Porto desenvolveu a gestão da informação tendo como base teórica o paradigma pós-custodial concebido pelos professores Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, publicado em uma série de

artigos e livros, amplamente divulgados em Portugal e no Brasil. As reflexões propõem o método quadripolar, sendo os pólos: o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico; a sua fundamentação científica embasa todo o trabalho desenvolvido em torno do documento/informação (4).

Os estudos e o fazer arquivístico sob a fundamentação pós-custodial de vertente portuguesa, realiza um importante levantamento contextual da instituição objeto do estudo, procurando compreender sua estrutura administrativa (orgânica) e a legislação que rege os diversos aspectos da empresa ou instituição e da documentação produzida e recebida a ser organizada e tratada.

Nas outras universidades o método é conhecido, mas não é aplicado. No que concerne à avaliação documental é perceptível a tensão e o conflito, entre essas instituições e a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – DGLAB -, uma vez que é esta última a responsável por aprovar e fiscalizar a destinação dos documentos da esfera pública em todos os seus âmbitos. A avaliação incide na documentação corrente e na documentação acumulada expressos em dois instrumentos diferentes: um referente à documentação em fase corrente orienta a produção de Plano de Classificação, Tabela de Seleção, Avaliação e outros; para a documentação acumulada é necessário a realização de relatório.

De uma maneira geral, a aprovação de qualquer um desses instrumentos que apresentam os documentos a serem eliminados ou guardados permanentemente passa por um processo demorado e demasiado burocrático. As divergências acontecem tanto em relação ao método empregado para a avaliação dos documentos, quanto ao prazo de guarda e destinação que cada universidade confere aos documentos produzidos em seu âmbito.

O contexto universitário paulista, como expusemos, nos parece menos burocrático e mais centralizador em relação à alguns aspectos do processo de avaliação de documentos. O Arquivo Público do Estado de São Paulo desenvolveu Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade para as atividades-meio que devem ser aplicados em todas as instituições e autarquias de âmbito estadual, uma vez que, entende-se a produção documental padronizada no âmbito estadual e municipal. Por outro lado, esses mesmos instrumentos para as atividades-fim devem ser elaborados pelas instituições que as exercem com a aprovação das suas comissões de avaliação e posterior publicação em Diário

Oficial do Estado. A partir desses instrumentos a eliminação ou guarda permanente deve ser realizada e levada a aprovação interna, em cada instituição e posteriormente ao Arquivo do Estado.

Percebemos que apesar da tradição documental ser a mesma em função de um passado em comum, estabelecida pela relação metrópole-colônia, os diversos contextos conjunturais e estruturais pelos quais Portugal e Brasil passaram durante o século XX, nos permite observar, em um primeiro momento aproximações e distâncias tanto no que diz respeito às universidades quanto ao seu universo documental.

Em relação às aproximações salientamos que apesar de Portugal ter uma das universidades mais antigas da Europa, essas instituições, em sua grande maioria, foram criadas no século XX, com a incorporação de escolas, faculdades e institutos estabelecidos no século XIX. No Brasil, é também no século XX e particularmente a partir dos anos 1950 que acontece a expansão da universidade, intensificando-se nas décadas finais, com o movimento de fusões e incorporações como é o caso da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, instituída em 1976 com a fusão de institutos superiores de ensino localizados no interior paulista.

Quanto ao universo documental, as práticas e rotinas burocráticas de ambos os países foram se afastando, modificando documentos ao mesmo tempo em que conservam nomes e procedimentos e são fundamentais para a gestão de documentos.

8. Conclusões

Diante dos contextos estudados, o brasileiro e o português, percebemos que há tensão entre as instituições universitárias e os respectivos Arquivos Nacionais. Concordamos com Llansó Sanjuan (2006) sobre a ausência de legislação referente à destinação de documentos, uma vez que, pelo menos no Brasil, do Arquivo Nacional e mais precisamente do CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos – emanam orientações normativas referentes a todos os tipos de documentos e acervos, e à constituição da política nacional de arquivos.

É nítida, a influência da Arquivística Integrada, no Brasil, uma vez que a ideia de gestão de documentos predomina, assim como ênfase em Arquivos Correntes, contemplando o ciclo vital do documento de arquivo na perspectiva dessa escola teórica canadense. Em Portugal, há influência nesse mesmo sentido, entretanto, en-

contramos a experiência da Universidade do Porto que se sobressai como teoria e prática, sendo conhecida em todo o país lusitano e com volumosa bibliografia.

As universidades, muito influenciadas por esse contexto nacional em ambos os países estudados, procura por outro lado, garantir a autonomia que os estados lhes proporcionam, o que faz com que o processo de avaliação de documentos tome aspectos diferentes uma vez que cada instituição universitária tem suas particularidades, mesmo que as missões, as atividades-fim, sejam semelhantes. O processo de avaliação tem por início o estudo da produção de documentos científicos, documentos contemporâneos, segundo Welfelé (2004), isto é, documentos produzidos pela administração e pelas áreas de pesquisa das universidades.

Os instrumentos de gestão de documentos são influenciados pelo conhecimento do contexto de produção e por legislação vigente. Finalmente, esses instrumentos, planos de classificação e tabelas de temporalidade, nos dão a destinação dos documentos.

Esse trabalho, de campo e de reflexão, nos proporcionou o conhecimento de faces da ciência e das instituições científicas, mas ainda a serem exploradas: o documento científico e seu arquivo.

Notas

- (1) O período recebeu a designação de Estado Novo (1937-1945).
- (2) Esses fundos correspondem aos documentos notariais, do registro civil, de tribunais e outros fundos de caráter regional do distrito de Coimbra e são recolhidos pelo Arquivo da Universidade. O mesmo acontece com o Arquivo da Universidade do Minho que também recolhe os fundos referentes ao distrito de Braga. Apenas esses dois arquivos universitários portugueses têm recolhimento e acumulação de documentos de esferas diferentes em Portugal, isto é, documentos produzidos pela universidade e pelo distrito.
- (3) A documentação, nesse caso, é a bibliográfica.
- (4) Os professores Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro possuem grande produção bibliográfica sobre o paradigma pós-custodial.

Referências

- Atas do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários (1992), 04 a 06 de novembro de 1991. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.
- Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque (2006). A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. // *Educar*. 28 (2006) 17-36.
- Jardim, José Maria (1987). O conceito e a prática da gestão de documentos. // *Acervo*. 2:2 (jul.-dez. 1987) 35-42.
- Llansó Sanjuan, Joaquim (2006). Sistemas archivísticos y modelos de gestión de documentos en el ámbito inter-

nacional (Parte 1). // Revista Códice. 2:1 (enero-junio 2006) 53-88.

Ribeiro, Fernanda; Fernandes, Maria Eugénia Matos (2001). Universidade do Porto Estudo Orgânico-Funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo. Porto:Reitoria da Universidade, 2001.

Rousseau, Jean-Yves; Couture, Carol (1998). Os fundamentos da disciplina arquivística. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

Welfelé, Odile (2004). A proveta arquivada. Reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea. // Revista da SBHC. 2:1 (jan. – jun. 2004) 65-72.

Enviado: 2015-04-02. Segunda versão: 2015-07-02.
Aceptado: 2016-03-10.
